
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E DEPENDÊNCIA ACADÊMICA: QUAL O NOSSO PROJETO SOCIETÁRIO?

PRODUCTION OF ACADEMIC SKILLS AND DEPENDENCE: WHAT OUR CORPORATE PROJECT?

PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO Y DEPENDENCIA ACADÉMICA: ¿ EL NUESTRO PROYECTO SOCIETARIO?

Zacarias Gama¹

Resumo Este texto discute a posição do Brasil e sua possível dependência acadêmica aos países da União Europeia que estão a se organizar no que tem sido chamado de Sociedade e Economia do Conhecimento desde a assinatura do Tratado de Bolonha. A concretizar esta relação, a hipótese é de que a produção de conhecimentos em nosso país e em nossas universidades e centros de pesquisa se restrinjam a conhecimentos básicos, comoditizados, para que os países mais desenvolvidos lhes agreguem valor e intensifiquem os seus processos de acumulação de capital através da venda e cobrança de royalties. Esta dependência acadêmica tende, então, a repetir padrões típicos da exploração colonial: produção de mais-valia absoluta em nossas universidades e centros de pesquisa, e produção de mais-valia relativa fora das nossas fronteiras.

Palavras-Chave: produção de conhecimento; sociedade do conhecimento; dependência acadêmica; UEALC.

Abstract: The central argument of this paper, which is transverse to the sections, considers Brazil's position and dependence academic of the European Union countries that have been organized in what is called the Society and Knowledge Economy since the subscription of Treaty Bologna. To confirm this relationship, the hypothesis is that the production of knowledge in our country and in our universities and research centers only will produce basic knowledge, commoditized, in which the developed countries add value. They will take its accumulation of capital through the sale and encashment of royalties. This dependence academic then, will repeat typical patterns of the colonial exploration: production of absolute surplus in our universities and research centers and gains of capital outside our borders.

Keywords: production of knowledge; knowledge society, academic dependency; UEALC.

Resumen: En este trabajo se analiza la posición de Brasil y su posible dependencia académica a los países de la Unión Europea que se están organizando en lo que se ha llamado la economía del conocimiento y de la Sociedad desde la firma del Tratado de Bolonia. El lograr esta relación, la hipótesis es que la producción de conocimiento en nuestro país y en nuestras universidades y centros de investigación se limitan a los conocimientos básicos, de consumo masivo, por lo que los países más desarrollados que añadir valor y mejorar sus procesos de acumulación capital a través de la venta y el cobro de regalías. Esta dependencia tiende académicos patrones se repiten típicos de la explotación colonial: la producción de plusvalía absoluta en nuestras universidades y centros de investigación, y la producción de la plusvalía relativa más allá de nuestras fronteras.

Palabras clave: Producción del Conocimiento, Sociedad del Conocimiento, la dependencia académica, UEALC.

Introdução

Este texto adquiriu a sua versão escrita posteriormente à sua comunicação oral na XVII Conferência Regional de Educação de Cascavel, Paraná – Ciência, Educação e Lutas de Classes - promovida pela APP-Sindicato em parceria com a UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – e com o HISTEDOPR – Grupo de pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil, em Agosto de 2012. A comunicação compôs a mesa “Ciência, educação e Exclusão Social”, integrada pelos colegas Fabiano Lombardi (UNIOESTE) e Andréa Caldas (UFPR). Foi grande o meu esforço para tentar garantir a maior fidedignidade possível à apresentação feita na ocasião.

Considero importante compartilhar um pouco dos bastidores desta comunicação e da sua escrita, a começar por duas ocorrências marcantes. Primeiro: a minha participação ocorreu em substituição a um colega e amigo que, de última hora, teve impedimentos de ordens profissional e pessoal que inviabilizaram a sua presença. Segundo, um mal-estar súbito e passageiro acometeu-me durante a exposição e por muito pouco perdia todas as minhas forças. Felizmente o plenário parece nada ter percebido, muito carinhosamente lamentou o encerramento com aquela expressão que caracteriza algumas entrevistas no Programa do Jô, e fez chover perguntas.

Apesar de tudo a comunicação transcorreu com alguma normalidade, dividida em duas partes distintas, mas complementares. Na primeira, com a utilização de gráficos, procurei apresentar dados acerca dos investimentos brasileiros em Pesquisa e Desenvolvimento e Ciência e Tecnologia, número de doutores no Brasil, bolsistas no estrangeiro e registros de patentes. Na segunda, tentei demonstrar a importância da produção de conhecimentos para a sustentabilidade do desenvolvimento atual e futuro do país e da educação do sujeito concreto como cidadão na sua relação com o mundo em que habita e constrói a sua humanidade.

O argumento central, transversalizando as partes, considerou a posição do Brasil e sua possível dependência acadêmica principalmente aos países da União Europeia que se organizam no que tem sido chamado de Sociedade e Economia do Conhecimento a partir do Tratado e do Processo de Bolonha. A se concretizar esta relação dependente, a hipótese é a de que a produção de conhecimentos em nosso território e em nossas universidades e centros de pesquisas se especializariam em produzir conhecimentos básicos, commoditizados, aos quais os países mais desenvolvidos agregariam valor, intensificando seus processos de acumulação de capital com a venda e cobrança de royalties. Nossa dependência acadêmica repetiria, então, padrões típicos da exploração colonial: realização de mais valia absoluta nas universidades e centros de pesquisas do Brasil e de mais valia relativa fora de nossas fronteiras.

Produção de conhecimentos

Toda sociedade produz conhecimentos para responder às demandas que são colocadas pelo desenvolvimento de suas forças de produção. Nem todas, porém, produzem-nos despidos de idealizações e sem inspirações celestiais, na maioria das vezes são concebidos de forma conservadora e enclausurante.

Nas sociedades com estas impregnações, é como se o tempo parasse e ficassem paralisadas em algum momento no processo de desenvolvimento da sociedade humana. São aquelas que os produzem cientificamente que historicamente avançaram mais porque foram capazes de dar inteligibilidade aos processos, compreender os seus fundamentos e estabelecer conexões entre os fenômenos e seus vínculos.

P&D em Países Membros e Não-Membros da OCDE - 2005

	Despesa Bruta com P&D como % do PIB	Gastos com P&D em US\$ bilhões	Pesquisadores por 1.000 trabalhadores ocupados ⁽²⁾
Estados Unidos	2,6	324,5	9,7
EU-27	1,7	231,0	5,8
Japão	3,3	130,7	11,0
China	1,3	115,2	1,5
Índia (2004)	0,7	23,7	0,3
Rússia	1,1	16,7	6,8
Brasil (2004)	0,9	13,7	1,0
África do Sul (2004)	0,9	4,5	1,6

Fonte: OECD, MSTI database, June 2007; Eurostat, NewCronos database, June 2007. Elaborado a partir de OCDE (2007), pg. 29.

(1) Dados para Brasil, Índia e África do Sul são de 2004.

(2) Índia 2000 e EU-27 2004.

O conhecimento científico é uma qualificação do saber. Na perspectiva em que Marx (apud BARATA-MOURA, 1997)² o compreende, deve estar a serviço das forças de progresso e da emancipação dos homens e mulheres, e o domínio da ciência pelo proletariado é forte instrumento revolucionário. Quando subordinados ao capital, a ciência e o conhecimento são criadores de necessidades na medida em que se convertem em forças produtivas para a realização de riqueza; neste caso estão separados do trabalho.

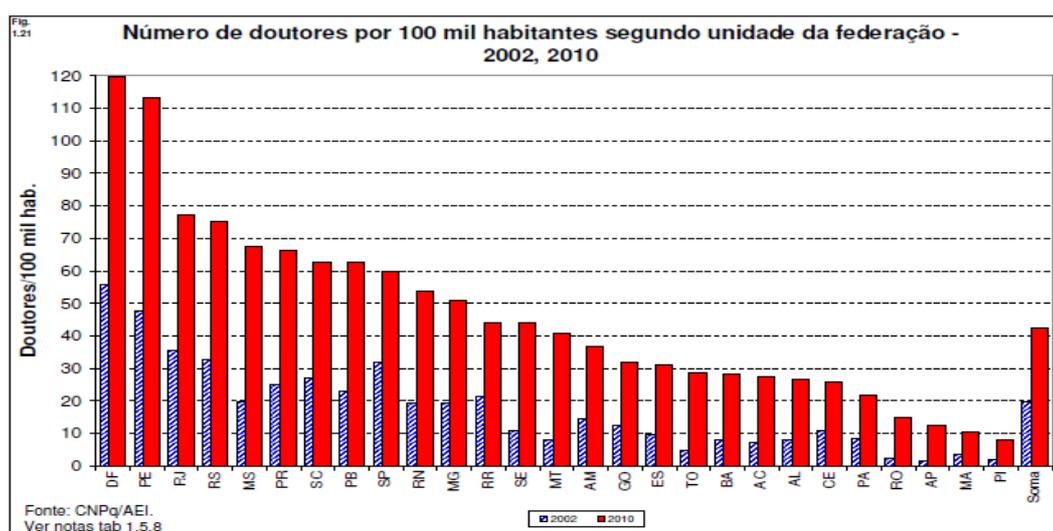
Nestes termos é que há hoje em dia quem defende a educação do povo como modo de alavancar a produção e o consumo. Para estes educar para produzir conhecimentos científicos significa imprimir elevados níveis de desenvolvimento a determinado país, não se importando com os meios utilizados, tal como vem ocorrendo na China, e muito menos com os direitos dos trabalhadores. Outros, no entanto, defendem o contrário. Engels, em sua famosa carta a Walther Borgius, datada de 1894³, sustenta esta posição tendo afirmado ser as necessidades que fazem a ciência avançar “mais do que dez universidades juntas”. O exemplo que fornece da hidrostática (Torricelli etc.) mostra ter sido este conhecimento “criado por causa da necessidade de regulação das correntes nas montanhas da Itália nos séculos XVI e XVII”. Este e outros exemplos engelianos deveriam ser cabais, não fosse a inversão feita pela história das ciências elaborada na Alemanha, como diz o próprio Engels, a partir de quando “adquiriu-se, lamentavelmente, o hábito de escrever a história das ciências como se estas tivessem caído do céu”.

No Brasil também deveria ser assim, o desenvolvimento material, social, cultural etc. alavancando o desenvolvimento científico, tecnológico etc. Porém, nossa condição historicamente dependente nos tornam importadores de conhecimentos produzidos nos centros mais dinâmicos do capitalismo para atender às nossas demandas materiais, pouco se importando com a ordem delas.

O gráfico abaixo demonstra nossa posição em termos de investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), comparando-a com os países membros da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A desatualização que apresenta resulta das mesmas dificuldades comuns a todos os pesquisadores brasileiros de encontrar dados fidedignos com relativa facilidade e credibilidade.

Como se observa estamos muito abaixo dos Estados Unidos, União Europeia e do Japão em termos de investimentos na produção de conhecimentos com alto valor agregado. Eles realizam maiores gastos em P&D e C&T e, fantasticamente, conseguem médias elevadas de pesquisadores por grupos de trabalhadores ativos. O Brasil gasta quase três vezes menos em percentagens do PIB e tem a menor relação pesquisador-trabalhador ativo: apenas 1.0 (um) para cada grupo de 1.000 trabalhadores. Ainda que sejam resguardadas as proporções, somente a Índia tem menos doutores do que nós.

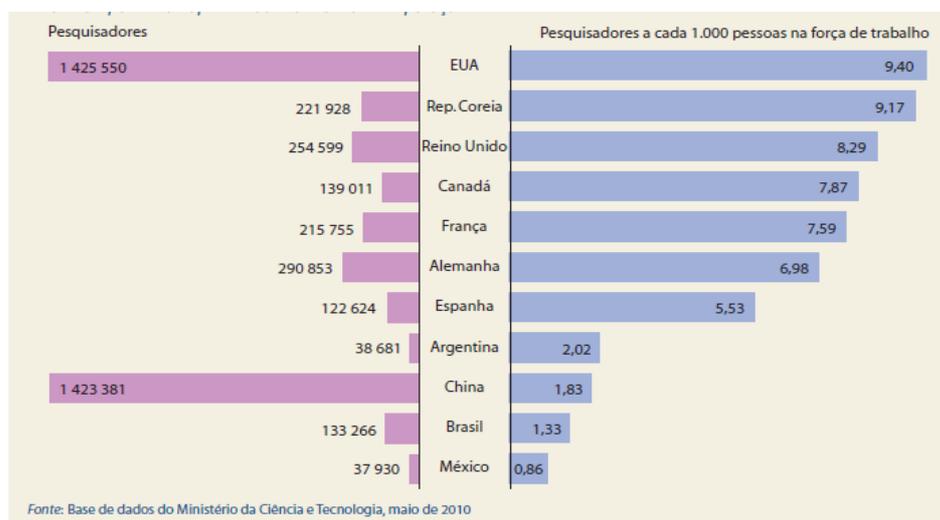
O impacto que este pequeno número de pesquisadores tem sobre a sociedade brasileira é grande e pode ser potencializado quando se apreende que o conjunto está espalhado pelo seu território, com maior ou menor concentração por unidades da Federação. O Gráfico a seguir demonstra a distribuição interna de doutores/pesquisadores por 100 mil habitantes no Brasil.



A distribuição regional dos nossos pesquisadores evidencia as disparidades internas e a carência deles em muitas áreas. Mesmo nos estados que são centros dinâmicos da economia e das pesquisas há menor quantidade de doutores/pesquisadores em relação à concentração existente no Distrito Federal e em Pernambuco. Esta concentração também algo de intrigante uma vez que as universidades e centros de pesquisas com maior volume de pesquisas e publicação de artigos científicos situam-se nas regiões Sudeste e Sul. São elas: Universidade São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Poderíamos ainda incluir neste rol a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Instituto Militar de Engenharia (IME), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), todas com importantes destaques internacionais.

A média nacional de doutores/pesquisadores também é baixa; chega a pouco mais de 40 por 100 mil habitantes, o que, convenhamos, está longe do ideal se pretendemos dar sustentabilidade ao nosso estágio atual e futuro de desenvolvimento, como sexta economia do mundo em poder de compra, e com emergência no cenário mundial.

O gráfico a seguir confirma a nossa proporcionalidade em relação a outros países:

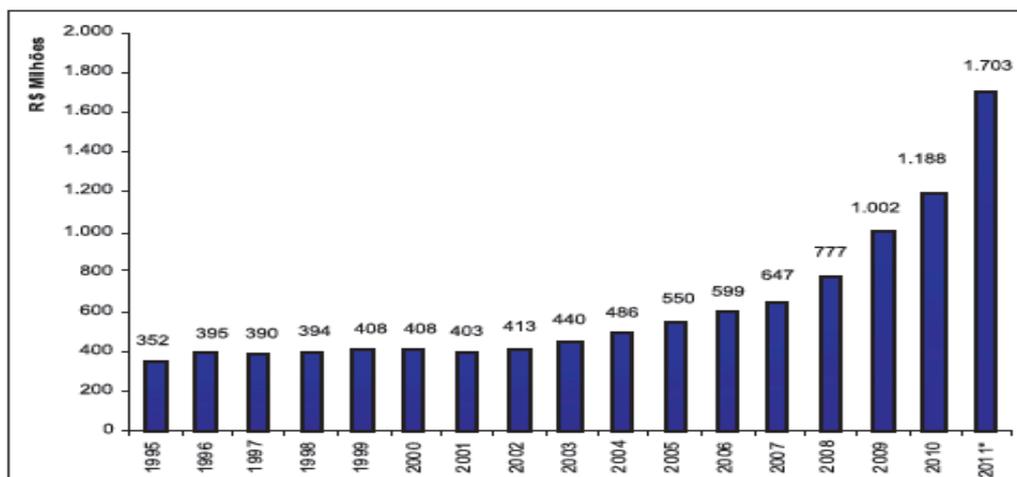


Como é possível ressaltar graficamente estamos bem distantes dos EUA, Coréia e Reino Unido quando consideramos a relação de pesquisadores por grupos de 1.000 trabalhadores ativos. Também nos situamos abaixo da Argentina, lembrando-nos não ser por acaso o fato deste País já ter conquistado diversos Prêmios Nobel: dois da Paz, dois de Medicina e um de Química.

Há, entretanto, quem no Brasil luta para alterar este cenário pernicioso e evitar a evasão de cérebros para o exterior (*brain strain*, na expressão em inglês). Dois exemplos são emblemáticos.

A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – é um dos exemplos. Conforme dispõe em seu Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020 ela se preocupa e se esforça para a superação deste cenário. Dois gráficos seguintes demonstram a evolução dos investimentos que coordena em bolsas de pós-graduação no Brasil e no Exterior no período de 1995 a 2010 (a), e o gasto governamental por objetivo socioeconômico entre 2000 e 2008 (b).

A- Investimento da CAPES em bolsas da pós-graduação (Brasil e exterior) no período de 1995 a 2010

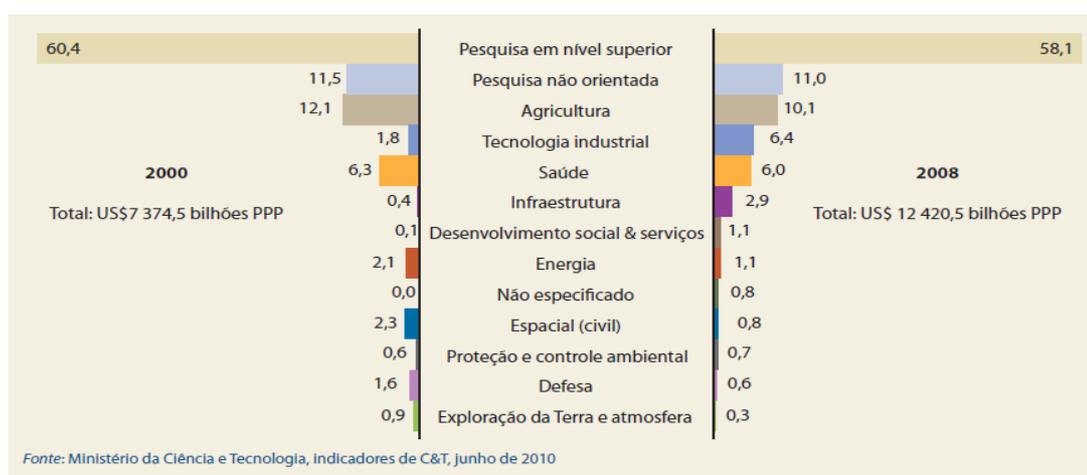


Fonte: CAPES/PNPG 2010-2020⁴

Como se constata, os investimentos em bolsas de pós-graduação no Brasil e Exterior aumentaram quase cinco vezes desde o início da série histórica. É notável o volume crescente de investimentos nos anos 2000, que praticamente dobra de 2008 a 2011.

O Gráfico a seguir expõe, no entanto, que no período recortado, de 2000 a 2008, houve importantes retrações de gasto em determinados setores estratégicos para a sociedade, tais como agricultura, saúde, energia, industrial espacial, defesa e exploração da terra.

B - Gasto governamental por objetivo socioeconômico, 2000 e 2008 (%)



A falta de políticas públicas mais interessadas ainda no desenvolvimento da pesquisa e produção de conhecimentos com alto valor agregado no Brasil e as pressões de diversas ordens, muitas provenientes do exterior, promovem as retrações anteriormente indicadas e talvez expliquem a evasão de cérebros para o exterior.

A Petrobrás (2012)⁵ é outro exemplo de produção de pesquisas, conhecimentos de alto valor e fixação de jovens pesquisadores no País invertendo o fluxo para fora. O aumento da demanda da indústria de óleo e gás por tecnologias inovadoras, dada à exploração do pré-sal, levou esta empresa a investir pesado até 2014 em laboratórios e equipamentos de alta complexidade e a pressionar seus fornecedores a instalar centros de pesquisa no Brasil no entorno das universidades e da própria Petrobrás.

Lamentavelmente, porém, os esforços da CAPES e da Petrobrás têm concorrências fortes. A irrupção da China como “oficina do mundo”, com mão de obra barata e abundante e inexistência de leis de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, permite que os nossos *capitães de indústria* prefiram importar produtos acabados, incluindo projetos de soluções para os problemas que nos afligem. Estes capitães, ávidos de lucro e maior capacidade de acumulação, preferem importar conhecimentos e soluções, mesmo que possam liquidar os nossos parques industriais e de serviços, assim como todos os nossos esforços de criar centros de pesquisas com alto valor agregado. Florestan Fernandes em 1972 já nos alertava acerca de comportamentos semelhantes praticados por agentes de nossa formação social aristocrática, oligárquica ou plutocrática. A concentração de riqueza, poder e prestígio social em suas mãos exclui o povo e sacrifica conscientemente “um estilo democrático de vida”. Além disso, são servís aos controles externos. Para

Fernandes, em nome de interesses econômicos não são apenas subservientes, eles são também dotados de uma “cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora” (FERNANDES, 2009, p. 22)⁶.

União Europeia, América Latina e Caribe – UEALC: sociedade do conhecimento?

Anteriormente referi-me ao que tem sido chamado de sociedade e economia do conhecimento sem, no entanto, tecer qualquer consideração a respeito. Sinto necessidade de fazê-las sem mais postergações.

A aceitação do termo sociedade do conhecimento, compreendendo um determinado sistema de produção, à partida, implica admitir que a sociedade capitalista tivesse sofrido profundas e radicais alterações e que estaríamos vivendo uma nova fase do capitalismo. Para Duarte (2008)⁷ sua existência é uma ilusão; não vai além de “uma ideologia produzida pelo capitalismo” e como ideologia desempenha determinada função, em especial a de “enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e enfraquecer a luta por uma revolução que leve a uma superação radical do capitalismo”.

Muito embora não se alongue, Duarte (2008) indica cinco ilusões que permeiam a “sociedade do conhecimento”. A primeira tem a ver com ilusão de acessibilidade ao conhecimento. Propala-se a sua democratização “pelos meios de comunicação, informática, internet etc.”. São poucos, entretanto, os que contestam esta “democratização” trazendo à luz a exclusão de milhares de pessoas; não apenas por causa dos custos das máquinas de recepção e transmissão de imagens, dados e informações, mas também por causa dos níveis de obsolescência que forçam *upgrades* constantes e dispendiosos, da qualidade de recepção dos sinais de satélite e do fornecimento residencial de energia elétrica nos mais distantes rincões de um dado território. A indicação de Duarte (2008) torna imperativa a pergunta: qual a abrangência desta democratização? Quantos estão incluídos nesta sociedade do conhecimento?

A segunda ilusão atribui a todos e de igual modo a “capacidade para lidar de forma criativa com situações singulares no cotidiano”. Mas, convenhamos quem tem capacidade para tanto? Quantos são os programadores de softwares que conhecemos em nossa vizinhança? Navegar pelo ciberespaço sugere o desenvolvimento de capacidades complexas para ir de um site para outro? A terceira difunde a possibilidade de apropriação da realidade pelo pensamento, como se fosse possível ultrapassar sem esforço a sua representação fenomênica. A ilusão seguinte atribui aos conhecimentos o mesmo valor, como se não houvesse “entre eles hierarquia quanto à sua qualidade ou quanto ao seu poder explicativo da realidade natural e social”. A quinta e última ilusão, dissimulada na concepção de sociedade do conhecimento, “apela à consciência dos indivíduos para a superação dos grandes problemas da humanidade”, admitindo que eles decorrem de “determinadas mentalidades”. É, sem dúvida, uma concepção idealista que inclusive leva a acreditar que as reformas das universidades na América Latina e Caribe precisam ser feitas com imediatez para superar os arraigamentos de determinadas crenças, procedimentos, atitudes e ações atrasadas. São poucas as críticas que miram as suas baterias no ordenamento econômico e na rentabilidade mercantil que são impostos às universidades segundo a

racionalidade neoliberal com preterição à produção autônoma de conhecimentos, educação global dos estudantes e carreiras humanísticas. Aqueles que se protegem contra elas admitem que uma nova universidade pautada pelo produtivismo, eficiência, eficácia e rentabilidade tende a se distanciar do tempo dos “antigos propósitos solidamente liberais da primeira metade do século XX”; propendem tão somente a especializá-las e a vincular com eficiência econômica e política as carreiras e o mercado de trabalho. A questão do saber fica secundarizada, ainda que o mesmo esteja na base da civilização e da formação do espírito de cidadania.

As ilusões que a sociedade do conhecimento difunde estão na base não apenas da reforma dos sistemas de educação superior da região latino-americana e caribenha. Também estão na base da concretização do projeto comum de associação estratégica inter-regional, unindo os sistemas de educação superior desta região aos da União Europeia, por meio do “Espaço Comum de Ensino Superior União Europeia – América Latina – Caribe” (ECES – UEALC), criado na Conferência UEALC de Paris, em 2000, com a assinatura de representantes da Comissão Europeia de Educação e de 48 países. O ECES-UEALC, como desdobramento das ilusões mencionadas anteriormente, visa a facilitar intercâmbios e harmonizar os sistemas de educação superior de modo a que todas as universidades da região latino-americana, caribenha e europeia tenham equivalência de cursos, créditos acadêmicos e diplomas – titulações.

É inevitável que diante de qualquer ilusão nos chamemos à realidade fazendo indagações. Será mesmo possível dispor bem ordenadamente as partes de um todo, no caso o ECES-UEALC, sabendo-se à partida que a União Europeia e suas agências de financiamento estarão na base das reformas universitárias e dos seus sistemas de avaliação da qualidade? A sólida colaboração entre os países da América Latina, Caribe e União Europeia nos termos em que está sendo proposta e tendo em conta os diferentes estágios de desenvolvimento dos países envolvidos, não poderia se traduzir em controle externo do sistema de educação superior da região latino-americana e caribenha? Como afiançar que os intercâmbios de estudantes, profissionais técnico-administrativos, docentes e pesquisadores podem garantir o desenvolvimento independente e autossustentado da nossa região? Poderia o ECES-UEALC ser compreendido como um avanço avassalador do capital-imperialismo europeu ponderando-se que os diversos sistemas de educação superior da América Latina e Caribe ressentem-se de requisitos básicos para evoluírem com autonomia e igualdade?

A respeito desta última questão em especial, Florestan Fernandes (2009) nos dá base para pensar os nossos sistemas de educação superior nesta relação de “sólida colaboração” com os sistemas da União Europeia face às suas condições estruturais e dinâmicas. Ele nos lembra de que há uma “incapacidade dos países latino-americanos de impedir a sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas”. Nestes termos há que perguntar: que simetria pode haver entre as universidades latino-americanas e caribenhas e as europeias? Para ter uma dimensão desta questão, vale lembrar que no momento em que este texto está sendo escrito, a maioria das universidades públicas federais e muitas outras mantidas pelos governos dos estados brasileiros estão em

greve há quase 90 dias reivindicando melhores condições de trabalho, planos de carreira e salários; que força estas universidades teriam para sobrepujar pelos seus próprios esforços as pressões e as formas de controles externos?

Algumas considerações

Em boa hora ocorre a XVII Conferência Regional de Educação de Cascavel, Paraná – *Ciência, Educação e Lutas de Classes* - promovida pela APP-Sindicato em parceria com a UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – e com o HISTEDOPR – Grupo de pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil. Momentos como este favorecem tomadas de consciência e nos predis põem à práxis.

A produção de conhecimentos, como foi exposta, precisa ser incrementada como condição de nos incluirmos definitivamente como potência livre e independente no concerto das nações. A reforma das nossas universidades precisa e deve ser feita para dar sustentabilidade ao nosso desenvolvimento atual e futuro, porém, não sob as determinações do capital. As ilusões da chamada sociedade do conhecimento não nos devem enfeitiçar. Não precisamos delas. O Brasil, em especial a partir da década de 1990 distinguida pela globalização e liquidez internacional, conseguiu criar “as bases materiais e ideológicas da nova virada do desenvolvimento e da política externa” como afirma José Luís Fiori (2007)⁸. Esta situação desde então permite ao Brasil diferenciar-se do conjunto dos países da região latino-americana e caribenha, com inclusão, destaque e sustentação no debate que se trava na América do Sul, “sobre uma nova posição internacional do continente e, em particular, sobre a redefinição da hegemonia hemisférica dos Estados Unidos”.

O que, então, nos impede construir um projeto societário com educação pública de qualidade, pesquisa de alto valor agregado, e ao mesmo tempo garantir e democratizar todos os direitos sociais? Por que postergarmos mais ainda a concretização de nossa soberania em todas as suas dimensões?

Referências:

- BARATA-MOURA, J. *Materialismo e Subjetividade: estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.
- CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília: CAPES, 2010.
- DUARTE, N. *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?* Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.
- ENGELS, F. *Carta a Walther Borgius (Heinz Starkenburg). 25 de Janeiro de 1894*. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels250194.htm>>. Acesso em: out. 2012.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.
- FIORI, J. L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PETROBRÁS. Cérebros made in Brazil. *Revista Magazine*, Rio de Janeiro, n. 62, 2012. Disponível em: <http://issuu.com/petrobrasmagazine/docs/petrobrasmagazine_62_pt>. Acesso em: out. 2012.

Notas:

- ¹ Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As pesquisas que dão origem a este texto receberam financiamentos do Programa de Procientistas da UERJ, FAPERJ e CAPES (Estágio de Pós-doc na Universidade de Lisboa). Email: zacarias_gama@yahoo.com.br
- ² BARATA-MOURA, J. *Materialismo e Subjetividade: estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.
- ³ ENGELS, F. *Carta a Walther Borgius (Heinz Starckenburg). 25 de Janeiro de 1894*. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels250194.htm>. Acesso em: out.. 2012.
- ⁴ CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília: CAPES, 2010.
- ⁵ PETROBRÁS. *Cérebros made in Brazil*. Revista Magazine, Rio de Janeiro, n. 62, 2012. Disponível em: <http://issuu.com/petrobrasmagazine/docs/petrobrasmagazine_62_pt>. Acesso em out. 2012.
- ⁶ FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, 2009.
- ⁷ DUARTE, N. *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?* Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2008.
- ⁸ FIORI, J. L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em: 12/2013

Publicado em: 06/2013.